



ATA ORDINÁRIA Nº 2786/2018

1 Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira
2 chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião
3 extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do
4 Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de
5 reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e**
6 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos
7 **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular),
8 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Caciano Sgorla Ferreira (1º
9 Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação**
10 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Denise Calvet Pinto
11 (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**;
12 Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento**
13 **Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de**
14 **Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Cláudia Remião Franciosi (Titular) e Er de
15 Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**.
16 **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular).
17 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular),
18 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Sérgio Saffer
19 (Titular) e Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos**
20 **Escritórios de Arquitetura - AREA**; Vinícius Vieira de Souza (Titular), **Conselho de**
21 **Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),
22 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato**
23 **dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular),
24 **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Sergio Koren (1º
25 Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos
26 Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**.
27 **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: José Romari Dutra da Fonseca (2º Titular) e
28 Cláudia Piccoli Faganello (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP.**
29 **1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**
30 **2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento**
31 **Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento**
32 **Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da
33 Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei
34 (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Kelly Ramos da Silva
35 (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos
36 Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento**
37 **Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDDA/OP. SECRETARIA**
38 **EXECUTIVA**: Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora**
39 **dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen –**
40 **Serviços Taquigráficos. PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2780; 3. Ordem do
41 Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu
42 início aos trabalhos às 18h27min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e**
43 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**: Muito boa tarde a todos,
44 vamos dar início a nossa reunião de nº 2786, reunião com a pauta definida, com a
45 aprovação de alguns processos. Registro a justificativa da Conselheira Claudete Simas
46 que não pode se fazer presente e registro também um agradecimento especial ao meu
47



48 vice, o Sr. Hermes, que presidiu a sessão passada. Muito obrigado! Eu tive que ir na
49 Câmara de Vereadores, a um evento, foi a reunião que nós conseguimos agendar os
50 primeiros cursos e o nosso objetivo é fazer mais cursos para todos os conselheiros,
51 conforme amplamente debatido. **2. Votação da Ata 2780.** Quero encaminhar a votação da
52 ata, se alguém tiver alguma manifestação coloque. É a Ata nº 2780, há alguma
53 consideração? (Manifestação fora do microfone). Não receberam? O Conselheiro Mark
54 coloca que não recebeu, alguns outros conselheiros também. Então, fica pendente, fica
55 prejudicado este ponto de pauta, sem problema algum, fica para a próxima reunião. **Mark**
56 **Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**
57 **SOCECON/RS:** Mas ela foi enviada? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**
58 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi enviada sim. Sempre
59 é enviada junto com a convocação. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de**
60 **Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Mas nesta ocasião não foi. **Maurício**
61 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
62 **Sustentabilidade - SMAMS:** Está registrado, a gente retira, fica prejudicado. Jamais vou
63 querer que aprove uma ata sem conhecimento dos senhores. Pode ficar bem tranquilo. **3.**
64 **Ordem do Dia.** Eu vou sugerir, e vou justificar a alteração, ainda na primeira folha, para
65 enfrentarmos o item 3.02 ao invés do 3.01, aí a gente faz esta pequena inversão,
66 começando pelo 3.02, em função de que o servidor Patrick, da SMDE veio prontamente a
67 nosso convite esclarecer eventual dúvida, até para liberá-lo, ele não é conselheiro, não tem
68 obrigação de ficar aqui. E eu acho que não prejudica o andamento dos trabalhos, já que
69 seria o segundo ponto de pauta. Temos acordo neste sentido, senhores? Então, este item
70 será relatado pela Secretaria Municipal de Relações Institucionais, a Conselheira Cláudia.
71 **ITEM 3.02. EXPEDIENTE: 002.302078.00.9. INTERESSADO: Fundo de Investimento**
72 **Imobiliário Phorbis. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1395. RELATOR:**
73 **SMRI. PRAZO PARA RELATÓRIO: 21/08/2018. ENCAMINHAMENTOS: 1) Apresentado**
74 **pelo empreendedor em 18/09/2018; 2) Relatado em 30/10/2018 (Parecer não foi**
75 **conclusivo); 3) Redistribuído para novo relator em 06/11/2018. CABE PEDIDO DE**
76 **VISTA. Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações**
77 **Institucionais – SMRI:** Primeiramente, quero agradecer ao Patrick Stefano e a Patrícia,
78 que me apoiaram no entendimento, é a primeira vez que participo do conselho e tenho
79 este desafio de esclarecer sobre este projeto. Eu fiz um relato breve sobre ele, porque todo
80 o processo está muito bem instruído, muito bem orientado, foi de certa forma, para quem
81 está iniciando, ler e estudar o processo, que foi bem orientado, foi prazeroso o
82 aprendizado. Estamos falando de um processo que se inicia em 2002, um loteamento
83 industrial, uma área de 48,6Ha, que teve uma licença prévia emitida, teve uma licença de
84 instalação. Em 2013 foram entregues obras de implementação ao município. Porém, o
85 presente EVU vai tratar de uma solicitação de loteamento para fins residenciais na mista 5,
86 que está listado no nexo 11.2, fl. 2. E também a adequação de altura; em princípio, nesta
87 Quadra G, de 18m para 52m. Eu vi em outro relato aqui 48m. Então, esta é uma questão
88 que eu gostaria que o Patrick depois também deixar mais claro. Então, o objeto deste EVU
89 é exatamente esta questão de um projeto que tinha todo um desafio industrial e que agora
90 vem e solicita uma questão mista, ser residencial e na Quadra G ter este aumento de
91 altura. O Parecer 115/2018, fls. 44 a 48, vol. II, emitido pela CAUGE, aprova este EVU e
92 deixa muito claro todas as condicionantes para cada um dos órgãos. Então, é bastante
93 detalhado em relação aos pareceres técnicos e todas as condicionantes, tanto para o DEP,
94 DMAE, EPTC, há uma manifestação da PGM, enfim, todos os órgãos foram submetidos e
95 têm seus pareceres e seus condicionantes. E a gente percebe que todas as questões



96 apontadas estão relatadas de forma muito adequada ao que lá está sendo proposto.
97 Então, o que a gente entende é que se essas medidas todas forem atendidas da forma
98 como está ali, há uma viabilidade de que isso possa acontecer. Para dar andamento ao
99 que foi proposto foi construído um cronograma de referência, listando as principais
100 diretrizes de cada quarteirão que condicionam a implantação. Então, há um cronograma
101 específico, é um projeto em que a gente terá o EVU quadra a quadra, todo um cuidado e
102 um acompanhamento, que foi algo que tanto a Patrícia quanto o Patrick referiram bastante
103 para esta atenção. E no tocante as condições para aprovação e as condições para
104 emissão do Habite-se, estão elencadas junto à manifestação de cada um dos órgãos que
105 assinam este parecer, os quais não vou detalhar, porque este parecer 115 está muito bem
106 orientado, é muito esclarecedor, em uma linguagem muito acessiva. Porém, destaco em
107 um breve relato algumas questões. Conforme o parecer já mencionado 115 os órgãos da
108 prefeitura apontam condicionantes: EPTC, SMAM, Saúde, SMED, SMOV. É o que se
109 traduz como medida antecipatória a áreas institucionais compensatórias a serem
110 destinadas a tais condicionantes junto ao empreendedor Fundo de Investimento Imobiliário
111 Phorbis. O loteamento inicial foi aprovado e licenciado para o uso industrial, o que eu já
112 havia referido. Quanto à mudança do caráter do loteamento, manifestou-se a SMAM:
113 “Considerando a alteração do caráter do loteamento, a nova demanda de equipamento de
114 lazer para todas as faixas etárias deve ser atendida no próprio loteamento. Caso não seja
115 possível atender toda a demanda no local serão indicadas áreas verdes no entorno”. Eu
116 destaquei também a condicionante da SMED: “Devido à mudança de natureza do
117 empreendimento de industrial comercial para residencial, surge a necessidade de
118 implantação de equipamentos comunitários de educação infantil, em consequência dos
119 impactos gerados. Nesse sentido, necessita-se de área para implantação de escola
120 infantil, complementando as novas necessidades impostas, em função dos impactos que o
121 empreendimento irá gerar com o incremento populacional. Esses trechos destacados
122 cristalizam a função da administração pública em zelar para o bem comum para a atual e
123 das futuras gerações, cada qual dentro da sua alçada”. No mais, o tema foi devidamente
124 enfrentado e debatido nas instâncias competentes das autarquias e secretarias municipais.
125 Por fim, destaco que estando aprovada a proposta com o município, restava versão final
126 do termo ser submetida antes de sua assinatura para aprovação das secretarias que se
127 manifestaram com condicionantes. Diante de todo o exposto e considerando o trâmite já
128 firmado entende-se pela inexistência de óbice legal a tramitação da matéria, razão pela
129 qual somos favoráveis pelo deferimento do projeto em consonância com o EVU. **Maurício
130 Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da
131 Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Cláudia. Alguém vai pedir vista? Então, vou anotar
132 aqui: RGP. 2, UFRGS, SAERGS, RGP. 6, IAB e AREA. Alguém mais? Então, fica
133 suspensa a discussão em virtude da vista. Obrigado. **ITEM 3.01. EXPEDIENTE:
134 18.0.000041184.8 (SEI). INTERESSADO: Jayro Amorim. ASSUNTO: Resolução –
135 Desgravame de Tração Viário. LOCAL: Rua Romildo Bonzan, entre a Estrada
136 Cristiano Kraemer e Rua Dr. Lauro Miguel Sturm, inserido na MZ 5 UEU 28, Bairro
137 Aberta Morros e Campo Novo. RELATOR: AREA. ENCAMINHAMENTOS: 1)
138 Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018; 2) Pedido de diligência em
139 25/10/2018; 3) Relatado em 30/10/2018 (Parecer contrário). CABE PEDIDO DE VISTA.
140 Sérgio, eu peço que tu te manifestes, mas este caso já foi relatado e nós identificamos
141 uma pequena incongruência em relação ao nº da matrícula. Este processo estava na PGM
142 e nós suspendemos a análise dele para que vocês tenham um processo pronto para
143 análise. Como o Sérgio já relatou, lembro que a gente suspendeu, vetou a vista naquele**



144 momento porque precisava desse ajuste na PGM em relação a esse gravame, em relação
145 à matrícula específica do gravame. Combinamos que o Sérgio iria ratificar ou não o seu
146 parecer após o processo sofrer este ajuste da PGM. Então, voltou da PGM, por isto está
147 na pauta. Sérgio, então, se tu manténs ou não o teu relato, aí a gente abre para a vista.
148 **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**
149 **AREA:** Na diligência que foi detectado este problema da matrícula, Presidente. Eu pedi
150 diligência, a origem do gravame, queria tirar esta dúvida e viram que a dúvida procedia.
151 Então, pediram a retificação da minuta. Foi esta a questão. Como era só uma questão de
152 detalhes, para mim não há nova informação no meu relato. Então, em princípio, em
153 mantenho o meu relato, porque como eu sei que vai ter pedido de vista, eu vou querer
154 ouvir o retorno dessas vista, como já comentaram de eu poder analisar e manter depois o
155 meu parecer. Eu sei que isso não é muito normal, mas eu queria ter esta oportunidade de
156 ouvir as vista e o debate para manter ou não o meu parecer. A gente faz o parecer naquilo
157 que a gente leu sem ter o debate aqui no conselho. Não estou dizendo que vou fazer
158 alguma alteração, é que surgiu esta situação, é a oportunidade de qualquer pessoa que faz
159 o relato, que possa ter essa oportunidade. Furtado, quando vierem os retornos de vista,
160 aquele decreto que tu citaste, continua a minha dúvida que eu não achei no arquivo, eu
161 gostaria de um esclarecimento mais adiante. A Lei Federal nº 13.465, art. 93, gostaria que
162 o Furtado explicasse qual a influência dessa lei na impossibilidade de execução do
163 gravame, caso ele fosse efetivado. Essa lei fala muito sobre vários assuntos de
164 regularização fundiária, mas trata da parte de áreas de marinha, áreas de APPs, mas não
165 entendo se esta área não estando sendo atingida ou área de preservação, onde que ela se
166 encaixa nessa tua visão. O secretário que encaminha se vai ter vista ou não. Não tendo
167 vista gostaria que o Furtado esclarecesse. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**
168 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na própria reunião de
169 apresentação de relatório o Conselheiro Gomes já havia se manifestado com o pedido de
170 vista. Então, vai ter vista, mas não vejo nenhum problema do relatório mudar de ideia. Até
171 o momento da votação isso é possível, tranquilo, natural. Então, não vejo nenhum motivo
172 de preocupação nesse sentido. Bom, então, feitas as considerações o processo vai à vista
173 para a RGP. 6. Há outro pedido de vista? Então, vamos à frente. **ITEM 3.03.**
174 **EXPEDIENTE: 18.0.000064256.4 (SEI). INTERESSADO: SDU/SMDE. ASSUNTO:**
175 **Atualização da composição do Comitê de Desenvolvimento da Operação Urbana**
176 **Consociada da Lomba do Pinheiro – votação de parecer. ENCAMINHAMENTOS: 1)**
177 **Apresentado pela SMDE em 21/08/2018; 2) Indicação dos representantes da**
178 **sociedade civil organizada, integrantes do CMDUA, em 11/09/2018.** Esta deliberação
179 do conselho é a atualização da composição do Comitê de Desenvolvimento da Operação
180 Urbana Consociada da Lomba do Pinheiro. Então, tem um parecer que foi desenvolvido
181 aqui pela secretaria do conselho, que diz o seguinte: “O CMDUA, em reunião realizada em
182 04/12/2018, indica os seguintes integrantes representantes das entidades governamentais:
183 SMAMS - Glauca Helen Ribeiro (Titular) e Carlos Augusto Stola (Suplente); SMDE –
184 Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e João Marcelo C. Osório (Suplente); DEMHAB – José
185 Francisco Furtado (Titular) e Raul Saldanha (Suplente). E representantes da comunidade:
186 RPG. 7 Maristela Maffei (Titular) e Jane Eliane Ferreira Brochado (Suplente); Delegado
187 RPG. 7 – Betulino Nunes (Titular) e Luiza Maffei de Sousa (Suplente); Ana Lúcia dos
188 Santos Almeida (Titular) e Acir Luiz Palochi (Suplente). Manifestações, por favor. **José**
189 **Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação –**
190 **DEMHAB:** Boa tarde a todos. Presidente, só para lembrar que o suplente do DEMHAB não
191 é o Raul, ele foi alterado para a Cristiano Spohr, engenheiro agrônomo. Só esta referência.



192 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
193 **Sustentabilidade - SMAMS:** Eu tenho aqui Raul Saldanha. Então, não é? **José Francisco**
194 **Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Não.
195 **É o Cristiano Spohr. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
196 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos corrigir isso. **Hermes de Assis**
197 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
198 **SAERGS:** Boa noite. Só para relembrar que a representante das entidades também, se
199 não constou aqui é porque tinha uma representante das entidades do Comitê da Lomba.
200 Eu acho que nós indicamos no início a Cléia Raucher de Oliveira, que é uma arquiteta, ex-
201 funcionária da SPM. Também o Arquiteto Jorge Jesus, que está aqui presente. São três
202 entidades, é que eu estava lembrando. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**
203 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isto nós recebemos da
204 SMDE, mas de qualquer maneira o voto das entidades já foi aprovado aqui. De fato,
205 consta aqui a comunidade, deveria constar as entidades também. De qualquer maneira a
206 comunidade e as entidades este conselho já deliberou, falta esta deliberação aqui, mas
207 bem registrado. Então, voltará ao ponto de pauta, vamos fazer essas diligências ainda
208 durante a reunião, com o apoio da Aline. **ITEM 3.04. EXPEDIENTE: 002.330288.00.1.** Está
209 em diligência e continua. Não temos condições de analisar este item. **ITEM 3.05.**
210 **EXPEDIENTE: 002.288613.00.8. INTERESSADO: TB Empreendimentos Imobiliários**
211 **Ltda. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Protásio Alves, 10085. RELATOR: SMDE.**
212 **ENCAMINHAMENTOS: 1) Relatado em 16/10/2018; 2) Vista à RGP. 3 e 6, OP e UFRGS**
213 **em 16/10/2018; 3) Relato de vista em 20/11/2018 (OP). NÃO CABE PEDIDO DE VISTA.**
214 O Relator é a SMDE, o Conselheiro Emerson do OP apresentou o relato. Penso que pende
215 o relato dos outros conselheiros que pedira, vista. É isto? É RGP. 3, 6 e UFRGS. Quem
216 pode começar? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
217 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu concordo com o relator. **Livia Teresinha Salomão**
218 **Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu não vou
219 me manifestar sobre. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de**
220 **Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite. Eu acompanho o voto do relator.
221 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
222 **Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Emerson foi favorável ao relatório. Então, em
223 discussão o processo, a SMDE é a relatora. A palavra está em aberto para quem quiser
224 discutir ou sanar eventual dúvida. Não havendo manifestações, temos um EVU de
225 aprovação de loteamento, o parecer foi favorável, os conselheiros pediram vista, três
226 conselheiros são favoráveis também, a Conselheira Livia se absteve de se manifestar pós-
227 vista. Então, em regime de votação, quem é favorável à aprovação deste EVU, por favor,
228 que se manifeste. (Contagem de votos = 21 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos
229 = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADO O**
230 **PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR. ITEM 3.06. EXPEDIENTE: 002.204727.00.6.**
231 **INTERESSADO: Locar – Locação de Imóveis Ltda. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das**
232 **Indústrias, 1344. RELATOR: IAB-RS. ENCAMINHAMENTOS: 1) Diligência à RGP. 2 em**
233 **20/11/2018; 2) Relatado em 20/11/2018; 3) Vista à RGP. 2 em 20/11/2018.** Este é aquele
234 do estacionamento perto do aeroporto. O Conselheiro Sérgio já se manifestou, ele se retira
235 voluntariamente da mesa. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de**
236 **Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, a RGP. 2 pede mais uma semana de prazo
237 para a vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente**
238 **e da Sustentabilidade - SMAMS:** É bem recente a vista, justificado aí. Alguém se opõe?
239 Não temos oposição. **APROVADO PRAZO DE VISTA. ITEM 3.07. EXPEDIENTE:**



240 **16.0.000017107.0 (SEI). INTERESSADO: Rodrigo Moreira Milano. ASSUNTO: Gravame**
241 **de traçado viário e cadastramento de logradouro. LOCAL: Rua dos Canudos,**
242 **localizada na MZ 08 UEU 014. RELATOR: CAU-RS. ENCAMINHAMENTOS: 1) Relatado**
243 **em 20/10/2018; 2) Vista à ACESSO, RGP. 5 e 7 em 20/11/2018. A ACESSO está**
244 **ausente. Se a RGP. 5 e 7 quiserem se manifestar fiquem à vontade, mas como a ACESSO**
245 **está ausente eu penso que fica prejudicado este ponto. Querem se manifestar ou aguardar**
246 **a próxima reunião? Então, próximo prejudicado. ADIADO. ITEM 3.08. EXPEDIENTE:**
247 **18.0.000000877.6 (SEI). O relatório é da SMIM. Conselheiro Cavagni? Mais uma semana.**
248 **Alguém se opõe? APROVADO PRAZO DE VISTA. ITEM 3.09. EXPEDIENTE:**
249 **002.283030.00.2. Relatório da SENGE também. Então, como já temos precedente nesta**
250 **reunião, mais uma semana para o conselheiro do SENGE. APROVADO PRAZO DE**
251 **VISTA. Voltamos ao ponto 3.03, Conselheira Maristela. Eu vou encaminhar da seguinte**
252 **forma, vamos suspender a ordem do dia e vamos entrar no período de comunicações. Se**
253 **você concordarem depois a gente volta, só para deliberar este 3.03, que a Aline vai redigir**
254 **a nova versão, com isso eu gostara de ler o texto. Então, podemos voltar para a Ordem do**
255 **Dia, peço para mantermos o quorum. A palavra está em aberto para comunicações. 4.**
256 **COMUNICAÇÕES. Vou ser o primeiro inscrito, já adianto que nós temos que encaminhar**
257 **ao DMAE, em função da Lei Complementar nº 749, representantes para o Conselho**
258 **municipal de Saneamento Básico do Município. Quem compõe? O governo municipal av**
259 **de secretarias, representando a sociedade civil é um representante do Conselho**
260 **Deliberativo do DMAE, um representante do Conselho Deliberativo do DMLU, um**
261 **representante do Conselho do Orçamento Participativo, um representante do CMDUA**
262 **representando a sociedade civil, um representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do**
263 **Lago Guaíba, um representante do Conselho Municipal CODECON, um representante do**
264 **COMAM e um representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Então,**
265 **estou pautando este assunto, sugerindo que na próxima reunião isto venha para a Ordem**
266 **do Dia como ponto de deliberação. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
267 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Secretário, tem suplentes? Maurício**
268 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
269 **Sustentabilidade - SMAMS: Aqui não consta, mas eu acho que é recomendável enviar**
270 **suplente. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do**
271 **Sul - SOCECON/RS: Presidente, vamos marcar as nossas próximas reuniões? Vamos**
272 **deixar definido um calendário? Porque este ano não teremos mais reuniões como esta.**
273 **Teremos a nossa confraternização no dia 18. Maurício Fernandes, Presidente e**
274 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: A**
275 **confraternização, o IAB disponibilizou o espaço. Eu acho melhor irmos direto, porque**
276 **quando era na OAB, era pertinho, fazia a reunião, terminava cedo e dava para ir a pé aqui.**
277 **Então, vamos fazer direto lá. Eu penso que a gente pode deliberar em mais duas reuniões.**
278 **Acho que podemos fazer outra agenda de curso este ano ainda, a Aline estava negociando**
279 **com os servidores. Dá para usarmos a primeira quinzena de dezembro. Mark Ramos**
280 **Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:**
281 **Mas nós temos previsões de reuniões em janeiro, fevereiro? Maurício Fernandes,**
282 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
283 **Geralmente se faz o recesso, eu acho que a gente pode fazer um recesso em janeiro, se**
284 **tiver alguma coisa extraordinária a gente avalia. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular),**
285 **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Boa tarde. Eu acho que em**
286 **janeiro o recesso de um mês e uma reunião em fevereiro. O pessoal entra de férias, são**
287 **dois meses difíceis de fazer reunião. Eu proponho convocar só em fevereiro, mas janeiro**



288 recesso. Esta é minha proposta. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**
289 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos acordo nesse
290 sentido? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
291 **Seis – RGP. 6:** Presidente, eu gostaria de fazer um contraponto. Este ano nós
292 trabalhamos em janeiro e fevereiro, acho que mais de uma vez em janeiro e uma vez em
293 fevereiro. Eu acho que com os processos que a gente tem fazer uma reunião no dia 11, no
294 dia 18 talvez com expediente ou não. Eu acho que seria interessante ter pelo menos uma
295 reunião em janeiro, na primeira quinzena, uma em fevereiro na primeira quinzena. **Hermes**
296 **de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul**
297 **– SAERGS:** Posso dar meu pitaco? Eu acho que para isto temos o primeiro e o segundo
298 suplente. Não sei, eu vou me colocar no papel de um empreendedor, um engenheiro, o
299 proprietário de algo que quer aprovar. Vai ficar dois meses parado, eu acho que também
300 não. Eu acho que poderia ter um encaminhamento intermediário, ver a pauta como está
301 também. Ou já fica marcado, ou fica um indicativo. Honestamente, eu acho um absurdo
302 parar dois meses. Para isto temos dois suplentes, mas se nenhum dos dois vier é um
303 problema da entidade. Depois falam mal do serviço público, porque ninguém para tanto
304 assim, né. Não pode! Posso fazer uma comunicação agora? Na verdade, é um convite, dia
305 15/12 é comemorado o dia do arquiteto urbanista, que é a data de nascimento de Oscar
306 Niemayer. O Sindicato dos Arquitetos tradicionalmente faz uma premiação ao arquiteto do
307 ano, mais de 20 anos, que são várias modalidades, é arquiteto do ano setor público, só
308 ano setor privado, homenagem póstuma, jovem arquiteto, assistência técnica habitação de
309 interesse social. Então, vai ser uma confraternização, mas que é aberta ao público, dia
310 14/12, aqui no Memorial Luiz Carlos Prestes. Estão todos convidados. Quem não conhece
311 o Memorial Luiz Carlos Prestes, é a única obra do Niemayer aqui em Porto Alegre e é
312 muito interessante, além da própria exposição, que tem toda a trajetória, é a história do
313 Brasil, é muito legal. Vai ser às 19 horas, o dia 14/12. Os premiados estão sendo
314 escolhidos pela internet, é voto de todos os arquitetos que quiserem votar pela internet. Na
315 verdade, encerrou a votação ontem. Estão convidados. **Maurício Fernandes, Presidente**
316 **e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A palavra
317 está à disposição, mas o assunto da reunião não está encerrado. Fiquem à vontade.
318 **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de**
319 **Planejamento Três – RGP. 3:** Eu fecho com as posições do Hermes e o Chico em relação
320 a esta reunião, porque como empreendedor também a gente fica em uma situação um
321 pouco complicada de justificar na cidade, de dizer – olha, vamos ficar dois meses parados.
322 Eu acho que devemos sair com pelo menos uma reunião por mês, depois a gente vê se
323 tem a necessidade de reunião extraordinária. Eu acho que nós temos esse compromisso
324 com a cidade, eu acho que foi uma no muito difícil em relação a tudo e para evitar esta
325 “burrocracia” que volta e meia a gente enfrenta até nas comunidades. Era isto. **Sérgio Luiz**
326 **Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu
327 queria, inicialmente, fazer uma comunicação, porque aqui no conselho nós temos alguns
328 que são servidores municipais, são técnicos do município. A Associação de Técnicos de
329 Nível Superior do Município está em período de eleições, termina amanhã, às 17 horas,
330 ainda é possível votar hoje à noite e amanhã. A votação é via internet, pode ser feita pelo
331 celular também. Apenas para sócios da ASTEC, vão votar com uma senha que receberam
332 pelo Correio. Esta é a comunicação. E eu peço que vocês ajudem a divulgar, a gente
333 gostaria de ter o maior número de associados votando. (Manifestação fora do microfone).
334 Sim, eu sou candidato à reeleição na nossa chapa e temos candidatos ao conselho. A
335 nossa força vem dos votos. Então, é importante que o maior número possível de



336 associados se faça presente neste pleito, mesmo sendo chapa única, mas temos os
337 conselheiros também. Quanto ao assunto das próximas reuniões, eu entendo, como o
338 Hermes entende, que nós não podemos deixar as pessoas nos esperando durante um
339 mês inteiro e depois com só uma reunião no mês seguinte. Eu acho que nós devemos
340 manter o calendário de reuniões de acordo com a necessidade, de acordo com os
341 processos que estão em condições de serem analisados pelo conselho. Falou bem o
342 Hermes, o Jackson, eu estou repetindo. Nós temos os suplentes para isso mesmo, se eu
343 tirar minhas férias o meu primeiro suplente deverá estar aqui, se ele não puder o segundo.
344 Não vamos dar margem para as pessoas dizerem que o conselho se reúne quando quer
345 enquanto eles têm que trabalhar todos os dias para terem como pagar as contas o final do
346 mês. Não é por si, isso a gente não pode deixar rolar. No mais, dia 18 está marcada a
347 comemoração, eu até consulto o Rafael, mas eu acho que seria de bom alvitre, se houver
348 pauta, fazer a reunião do conselho lá no IAB. Em janeiro eu acho que poderíamos ter
349 umas duas reuniões pelo menos para atender os processos. Era isto, obrigado. **Rafael**
350 **Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Como o
351 Hermes já colocou, dezembro é para os arquitetos, dia 13/12 era o dia do arquiteto até a
352 criação do CAU. Então, como o CAU foi criado, a primeira gestão assumiu no dia 15/12,
353 data do aniversário do Oscar, tem uma agenda para toda esta semana. Então, dia 08 a
354 festa do IAB do Dia do Arquiteto e a premiação de trabalhos de graduação, de faculdades
355 do estado inteiro, que a gente faz há mais de 20 anos. Convido também para alguns
356 eventos do CAU, o III Seminário Regional Sul (Inaudível) que o CAU está fazendo junto
357 com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. E dia 15/12 a
358 comemoração aí tem eventos do CAU. No site tem toda a programação. No Iberê Camargo
359 e também na área em frente ao Iberê, na orla. E dia 18/12 um debate sobre obras
360 públicas, que o CAU organiza com o SEAP e EZAP, um dia inteiro de atividades. E sobre o
361 recesso, cada um de nós tem 2 suplentes, eu sou um suplente, a gente consegue
362 remanejar isso nos períodos de férias e cada um se alterna. A gente resolve sem parar o
363 trabalho. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**
364 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para registrar em ata, a questão do Conselho de
365 Saneamento, volto a lamentar, eu já falei neste microfone três vezes sobre esta questão
366 da indicação, então, volta para a pauta sem votarmos novamente. Então, espero que na
367 próxima reunião a gente finalmente vote, lembrando que na gestão passada tinha
368 suplente, a titularidades era da ABES e o suplente era o Sindicato dos Trabalhadores na
369 Construção Civil. Esta representação já ocorreu, hoje o Sindicato dos Trabalhadores da
370 Construção Civil não está mais no conselho. Então, fica a indicação de que a ABES
371 gostaria de continuar no conselho, tendo em vista que das entidades presentes é a
372 entidade que atua na área de saneamento. E empresa nós seria interessante. Então,
373 deixar este posicionamento., quanto a recesso, realmente, a gente pode aproveitar o dia
374 18, sempre teve na reunião de confraternização, na OAB, sempre teve pauta. Então, dia
375 18, a secretaria do conselho pode ver como está a pauta, se tem ou não processos e lá
376 votamos se vamos fazer o recesso de um mês ou não. Eu, particularmente, não tenho o
377 mínimo objetivo de recesso em janeiro, porque se tiver não vou poder gozar, porque eu
378 trabalho em janeiro, minhas férias são em fevereiro, mas sem problema nenhum, eu
379 acompanharia a maioria. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade**
380 **Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Só para convidar todo mundo para no sábado,
381 dia 15, para o encerramento do curso de extensão e planejamento urbano, um ano de
382 curso que a gente fez na faculdade de arquitetura para os conselheiros do CMDUA.
383 Estamos terminando agora com a palestra do Professor Roaldo Menegaz. A gente



384 recomenda muito as pessoas a participarem, ele acabou de lançar o atlas ambiental on-
385 line. A gente recomenda muito a fala dele, porque é uma conversa de ponta sobre grandes
386 cidades e a implicação disso em vários âmbitos. Ele faz uma discussão desde a geologia
387 até os automóveis sem motorista. Então, a gente insiste, porque realmente é uma fala
388 muito interessante e formadora. Será às 9 horas na Faculdade de Arquitetura da UFRGS.
389 Estão todos convidados. Obrigada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**
390 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu tenho três pontos
391 para falar. Amanhã, às 11h30min, no Salão Nobre do paço Municipal o Professor
392 (Inaudível) da UFRGS vai apresentar o 4º Distrito, o projeto. O prefeito estava nos Estados
393 Unidos, conseguiu recursos públicos, a Secretaria de relações Institucionais atua muito
394 forte nisso, grande apoio. O que acontece? Ah, mas já não foi feito o Masterplan? O
395 Masterplan teve um custo de 612 mil, um trabalho muito bacana, mas o principal é o
396 supereconômico, para aquilo que urbanisticamente foi desenhado seja viabilizado e
397 efetivamente implementado. Isso custa de R\$ 2,5 milhões. O vice-prefeito Paim percorreu
398 o mundo atrás de recursos, ele conseguiu agora, para assinar o contrato foi o prefeito e
399 conseguiu este recurso. A Consultoria Deloit. Então, amanhã vai ter uma pequena
400 solenidade de divulgação desses avanços que a gente conseguiu, porque o plano
401 econômico que vai nos trazer condições, através da obtenção de recursos financeiros. Eu
402 estarei lá, o prefeito, enfim. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de**
403 **Relações Institucionais – SMRI:** É importante a gente falar que todo esse processo de
404 negociação e da busca desse recurso financeiro, ficou muito inviabilizando por conta da
405 nota que (Inaudível) acabou sendo rebaixada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Porto
406 Alegre mudou o método de análise e Porto Alegre ficou com uma dificuldade de fazer
407 novos empréstimos. Então, todo o reforço que havíamos desenhado para buscar recursos
408 para viabilizar o Masterplan, para começar esse projeto, viabilizou-se. O que houve é o
409 BRDE começou a se demonstrar um parceiro importante, um parceiro que poderia ser
410 aquele que coloca seus créditos à disposição. Então, o Banco Mundial e o BRDE
411 desenham um projeto de resiliência para o sul do Estado. Então, o mais rico nesse
412 processo foi de que além de pensarmos uma operação bancaria e uma possibilidade de
413 entrada de recursos com o parceiro BRDE, isso se estendeu para outros estados. Então,
414 nós só o Rio Grande do Sul será beneficiado com recurso, mas Santa Catarina e Paraná.
415 Então, teremos a possibilidade de que esses três estados, na parceria entre banco mundial
416 e BRDE se beneficiem com projetos de resiliência para as suas cidades e estados. Então,
417 é uma relação ampliada. Isto é visto também pela Fundação Rockefeller, que é por onde
418 nós somos uma das 100 cidades resilientes. Nós temos esse desafio de aumentar a nossa
419 capacidade de resiliência como uma resiliência financeira. Quer dizer, nós estávamos
420 enquanto município travado de algumas operações e conseguimos ampliar. A Câmara de
421 Vereadores também está envolvida nisso, porque sabemos da construção de leis que
422 vamos precisar fazer para este sonho do Masterplan. Foi muito rico, Livia, porque semana
423 passada estive na UFRGS, teve um projeto, eu acho que da arquitetura com a sociologia,
424 as professoras Ana e Vanessa, foi muito rico, porque promoveram vários debate secretaria
425 a sociedade civil sobre o 4º Distrito, o último debatedor era o governo. Então, eu e a
426 Arquiteta Ada fomos nesse dialogo, onde teve questões bem pertinentes para que a gente
427 não se equivoque que talvez este primeiro recurso que venha seja um recurso para fazer
428 algumas melhorias de infraestrutura fundamentais para aquele território, diferente do que é
429 a gente operar o Masterplan, que são coisas que vão contribuir para que o processo seja
430 nesses 20 anos de operações, mas precisamos fazer algumas questões enquanto
431 município. Então, tem uma riqueza acontecendo. Só não podemos achar que o governo



432 não está querendo dialogar, mas também precisamos construir que dialogo é este. Então,
433 estamos abrindo alguns diálogos, porque sabemos de alguns caminhos longos que temos
434 para acontecer. Desculpa me estender, mas achei que era importante. **Emerson**
435 **Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
436 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu quero só reforçar o pedido
437 que foi solicitado, que eu fiz o encaminhamento, é a prestação de contas das comissões,
438 principalmente da CAUGE e da CADAP para este conselho, até para ter um melhor
439 entendimento dos processos, da forma como chega ao conselho. A CAUGE eu acho que é
440 a que mais apresenta processos aqui, a CADAP também, até porque tem uma legislação
441 que de seis em seis meses teria que prestar informação para este conselho. Eu acho que
442 até o momento nunca ocorreu isso. Eu queria falar sobre a questão da regularização
443 fundiária, que é um caos nacional, não é só um problema de Porto Alegre. As pessoas que
444 moram nesses lugares irregulares convivem com tráfico de drogas, com falta de
445 infraestrutura principalmente, é um grande problema que muitas vezes o próprio governo
446 não tem uma situação de atendimento. Nessa falta de atendimento o problema cada vez
447 se agrava. E nós não temos ainda uma solução para a regularização fundiária no Brasil.
448 Não é nem a questão de Porto Alegre, é em todos os locais e capitais, onde temos
449 grandes favelões, como no Rio de Janeiro, e aqui não é muito longe. A gente tem favelas
450 no meio da cidade. Em locais impróprios para moradia, que estão aí há mais de 30, 40
451 anos, até 50 anos na mesma situação. Então, falta sim um programa de estado para fazer
452 este atendimento. E nos arredores da cidade a gente sabe da situação das invasões e das
453 ocupações irregulares, que vai se agravando cada vez mais. Eu cito lugares próximos ao
454 Belém Velho, Lomba do Pinheiro, Restinga, que cada dia aumenta mais o número de
455 famílias ocupando áreas irregularmente, com falta de atendimento, com “gato” de água,
456 “gato” de luz, desmatando muitas vezes Mata Atlântica, mata nativa. Então, este controle
457 ainda é um caos para o município de Porto Alegre e acredito que para quase todas as
458 capitais. E nós temos que ter um olhar diferenciado, até o Furtado se propôs em fazer uma
459 palestra sobre a regularização fundiária. Eu acho que é um tema muito importante para a
460 gente destacar dentro deste conselho, até para quando chegar algum processo da
461 regularização fundiária a gente tenha um olhar diferenciado, com uma visão social de
462 poder atender e achar uma solução para os problemas que a gente enfrenta e Porto
463 Alegre. Então, seria esta a minha preocupação. **Maurício Fernandes, Presidente e**
464 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Aline vai
465 responder aqui. Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva:** Emerson, em relação ao
466 balanço das comissões já foi solicitado e as comissões estão no mesmo ritmo, como nós
467 aqui, tentando vencer a pauta. Então, pediram que a gente tenha um pouquinho de calma
468 para que essas apresentações sejam feitas em janeiro. Outra coisa que tu havias me
469 pedido era a pauta da CADAP. Hoje eu recebi a primeira pauta, eu já havia solicitado
470 antes, ainda não estava recebendo. Então, amanhã já vai estar no email de vocês. **Rafael**
471 **Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** É sobre
472 regularização fundiária, território, etc., mas antes disso, não sei se a Maristela tem contato
473 com a Orquestra Infantil da Lomba, é um dos projetos mais espetaculares que há, o Villa
474 Lobos, com o Thiago Flores. Volta e meia eles aprovam projetos de lei de incentivo, essa
475 tão mal falada. Eu fui conselheiro estadual de cultura e a gente aprovada muitos projetos,
476 abaixo de muitas críticas até da Orquestra e outras que faziam apresentações no Teatro
477 São Pedro, justamente tinha recursos para levar as crianças das comunidades, das vilas,
478 das periferias da Grande Porto Alegre para assistir no Teatro São Pedro, porque isso
479 inverte a lógica de que nós temos que descentralizar a cultura e levar para a cultura para



480 onde eles estão, mas as pessoas precisam ver. A própria arquitetura, por exemplo, do
481 Teatro São Pedro. Não só a arte que vai ser apresentada no palco, mas aquele edifício
482 que raramente eles vão ter oportunidade de entrar sem constrangimento. Isso é outra
483 questão muito complicada, sem o constrangimento, o estranhamento de estar entrando em
484 lugar que não lhe pertence. Assim como a gente às vezes tem um estranhamento de
485 entrar em um lugar, como eu que moro no Centro, tenho estranhamento de entrar em
486 alguns lugares. A gente precisa... E eu uso o Cláudio Acioli, que é um arquiteto na
487 Holanda, do Instituto de Habitação, ele fala que há medidas curativas e há medidas
488 preventivas. A regularização fundiária é uma medida curativa e curar é mais caro, curar dói
489 mais, prevenir dói menos e é mais barato. Curativa por quê? Porque a regularização
490 fundiária, a qualificação urbanística, a gente não pode esquecer, é um grande perigo da
491 atual lei, do atual marco regulatório federal, para a regularização fundiária, ele pode
492 facilitar, fazer tudo correr mais rápido, a regularização fundiária, dar um título. A
493 regularização fundiária por si só, sem que se qualifique urbanisticamente, vai manter esta
494 terra a um valor tão baixo, que há o interesse que esta terra esteja a um valor tão baixo,
495 para que se possa comprar ela baratinho a um preço que o cara vai comprar onde? Onde
496 conseguir comprar uma terra. Então, este curar é necessário, é mais caro, mas é
497 necessário. Envolve não só a regularização fundiária, mas a qualificação urbanística e a
498 melhoria habitacional, são três aspectos fundamentais que não podem estar separados.
499 Preventivas, aí eu entro para o que eu havia me inscrito antes, que é a questão seguinte, o
500 Masterplan, um dos aspectos mais importantes do Masterplan do 4º Distrito é a questão da
501 habitação de interesse social, principalmente os dispositivos para garantir a terra naquela
502 área, que é uma das grandes áreas hoje, para não dizer a única grande área na área
503 central de Porto Alegre, que nós temos alguma possibilidade de garantir a habitação de
504 interesse social na área central, senão vai restar aos pobres só a periferia. Aí nós vamos
505 continuar com o problema que vivemos no Minha Casa Minha Vida. Por que Minha Casa
506 Minha Vida demora tanto para aprovar? Porque há o conflito ambiental, porque só resta
507 para comprar na lógica do Minha Casa Minha Vida lá onde tem que disputar com arroio,
508 com mata, com tudo. Aí demora anos para aprovar um EIA RIMA. Então, essa é a questão
509 que nós não podemos esquecer nessa questão do Masterplan o estudo econômico. É
510 fundamental! Outra questão é o passivo ambiental, nós estamos tratando de uma área que
511 durante décadas foi de indústria pesada. Então, de que forma vai se envolver na operação
512 urbana a questão de como financiar essa remediação que vai se a rodo e que se a gente
513 trabalhar no caso a caso isso pode inviabilizar, inclusive, os prazos. A gente fala muitas
514 vezes em burocracia, mas são prazos necessários. Então, não adianta querer facilitar a
515 burocracia, reduzir a burocracia e apostar, como disse o Governador eleitor – vamos
516 trabalhar na lógica da confiança. Olha, eu tenho algum caminho nessa questão de
517 aprovação de licenciamento ambiental e a confiança na hora da fiscalização. Está aí a
518 Samarco, a fiscalização que se sugere como o grande braço para reduzir a burocracia, a
519 Samarco está aí para provar que é um problema. Nós vamos confiar, infelizmente,
520 empresário gera empresário, assim como há políticos e há políticos, como arquitetos e
521 arquitetos. Isto é preventivo, é para a gente evitar que haja mais ocupações, etc. Cláudia,
522 então, pergunto, são R\$ 2,5 milhões, mas foi colocado que além do recurso público, o
523 Masterplan, vai ter recurso para a revisão do plano e que haveria uma assistência técnica
524 do Banco Mundial. Aí, claro, gostaria que houvesse esse esclarecimento para nós, porque
525 esta é uma informação vinda da imprensa, inclusive, no próprio site da prefeitura, de que
526 forma isso vai ocorrer nos próximos anos. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular),**
527 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** De fato, estou devendo a questão da



528 palestra. Na verdade, não sou eu que vou fazer a palestra, já foi aceito dentro do debate,
529 desde a época, há 3 anos, que os arquitetos da Coordenação de Urbanismo do DEMHAB
530 é que vem apresentar esta palestra aqui dentro do conselho. aí eu lembro o seguinte, a
531 atual lei, a 13.465, de regularização fundiária, é basicamente cartorial, mas o DEMHAB
532 pensa basicamente no urbanismo. A proposta do DEMHAB, a proposta do governo é trazer
533 qualidade de vida para as pessoas dentro de um projeto urbanístico. Isso é bem casado
534 dentro do DEMHAB. Tem as questões que tu falaste, se houve sobra para o Minha Casa
535 Minha Vida, porque é em cima de áreas de APP. Hoje, a partir do art. 64 e 65 do Código
536 Florestal tu podes fazer essas modificações em cima das faixas de APP. Tu podes fazer
537 redução dessa faixa de APP, isso é permitido por lei há discussões, mas hoje é possível.
538 Quero lembrar, não basta só a questão ambiental, basta a questão urbanística, tem que
539 ser levado junto. Foi criada esta lei mais para resolver os problemas da Amazônia lá, mas
540 serviu para todo o país. É muito importante lembrar que hoje tu podes fazer regularização
541 fundiária em cima de um (Inaudível), em cima de uma praça, em cima de uma APP. E toda
542 vez que isso acontece, somente se os estudos apontarem que há ganhos ambientais para
543 isso. Não se regulariza, por exemplo, em cima de área de risco, a não ser que tu consigas
544 sanar o risco. Quando acontecer a palestra, que vai acontecer a palestra, quem sabe daqui
545 uns 3 anos, virão arquitetos discutir isso dentro do conselho e eu vou vir, se ainda estiver
546 na prefeitura, vou vir para dar pitaco na questão ambiental. Obrigado. **Cláudia Remião**
547 **Franciosi (Titular), Secretária Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Quanto a
548 essa questão do Plano Diretor, ainda não recebi uma informação clara sobre isso, eu
549 também soube pela matéria, semana passada eu já estive aqui conversando com a Ada,
550 porque há todo um desenho de gestão, cronogramas, datas, do que tem que acontecer e
551 todo um processo mapeado sobre isso. Essas assistências técnicas normal são recursos a
552 fundo perdido, são recursos que o banco tem e que ele aporta. Então, provavelmente, na
553 visita aos Estados Unidos se colocou e também foi acessado ao prefeito alguns desafios,
554 inclusive, em uma possível plataforma alguns sonhos assim de acesso a todos os
555 arquitetos, em um modelo de pensar a cidade de outra forma mais coletiva, enfim. Então,
556 tem algumas coisas muito ricas sendo pensadas sobre essa questão, que, certamente, vai
557 vir para este conselho para a gente debater, porque uma das coisas que eu fico muito feliz
558 de ter sido indicada para estar nesse conselho, apesar de que eu acho bem difícil, é poder
559 estar circulando em vários locais e trazendo a importância e a relevância de ser debatido
560 aqui as questões e de podermos ouvir. O conflito faz parte do processo. agora a gente
561 pode passar por ele de formas diferente, mas vou tentar buscar mais informações e trazer
562 isso com mais clareza também. Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretária**
563 **Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só para esclarecer, já que o
564 assunto veio da regularização fundiária, eu trabalho na Unidade de Regularização
565 Fundiária, assim, na SMDE os projetos que a gente aprova são provocados, a PGM e o
566 DEMHAB entram na Comissão de Regularização Fundiária protocolando os projetos de
567 regularização fundiária, aí a minha unidade vai analisar, fazer os apontamentos
568 necessários, junto com outras secretarias. Então, só para esclarecer que a URF dentro da
569 SMDE, efetivamente, só age provocada, não existe uma política, ela não cria nada. isso é
570 competência do DEMHAB. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**
571 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou solicitar a compreensão de todos
572 para voltarmos à Ordem do Dia, para votarmos aquele item que ficou para traz, o Item
573 **3.03. RETORNA AO ITEM 3.03. EXPEDIENTE: 18.0.000064256.4 (SEI).** Então, das
574 entidades governamentais, o que estava inconsistente na minuta que eu li era a
575 representatividade do DEMHAB, o Furtado, nosso conselheiro aqui, e do Cristiano Spohr.



576 E das entidades não governamentais: SAERGS, titular a Cléia Beatriz de Oliveira, suplente
577 Jorge Diogo de Jesus. A IAB é Virgínia Musel como titular e a suplente Teresa Albano. A
578 ABES, titular Darci Campani e suplente Charles Vigni. Da comunidade já foi lido e das
579 entidades governamentais também, motivo pelo qual ratifico os demais membros. Alguma
580 consideração? Quem é favorável permaneça como está. Os contrários que se manifestem.
581 Abstenções? Duas abstenções, SINDUSCON e da RGP. 03. **APROVADO O PARECER.**
582 Eu tenho uma fala ainda sobre concessão, que é o tema que está na pauta, mas eu
583 proponho a gente fazer uma votação para encaminhar as reuniões de janeiro e fevereiro.
584 Eu filtrei três opções, cada um já defendeu seus posicionamentos. Se alguém tiver outra
585 opção, senão eu faria uma votação entre três possibilidades. Uma opção seria o recesso
586 em janeiro, outra opção seria uma reunião em janeiro e uma reunião em fevereiro, outra
587 opção seria fazer reuniões quinzenais como seria originariamente a nossa ideia. **Luiz**
588 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
589 Posso defender a segunda? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**
590 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pode. Temos outras propostas? **Luiz**
591 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
592 Eu defendo a segunda proposta, uma reunião no dia 08 de janeiro e outra em 05 de
593 fevereiro, porque é importante o que vem depois. Fazemos a reunião em janeiro, se houve
594 necessidade de nova reunião o conjunto do conselho delibera. Se tivermos muitos
595 processos deliberamos a nova data. Deixamos uma marcada para fevereiro, tipo o dia 05,
596 com a mesma situação. Seria esta a proposta. **Darci Barnech Campani (Titular),**
597 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu tinha feito
598 uma proposta de votar o calendário daqui duas semanas, quando tivermos a última
599 reunião, que a secretaria nos trouxesse um balanço de processos em pauta, para ver se
600 há a necessidade ou não. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**
601 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** bem lembrado, conselheiro. A gente
602 pode votar no dia 18 também. Então, quem quer enfrentar esta discussão agora ou quer
603 enfrentar dia 18? Todos cientes do encaminhamento? Quem quer enfrentar agora que se
604 manifeste. (Contagem de votos = 06 votos). Quem quer enfrentar dia 18? Então, a maioria
605 quer enfrentar dia 18, fica suspensa essa discussão. Eu quero expor em 3 minutos um
606 projeto de lei que está gerando um posicionamento distorcido, é o projeto de lei de
607 concessões de parques e praças. Nós pegamos exemplos de locais onde isso funciona e
608 apresentamos aquilo que a gente julga como a solução para a gestão de parques e praças
609 em Porto Alegre. Os dados de manutenção são absolutamente pesados
610 orçamentariamente para nós do município. Para que tenham uma ideia, os 09 parques
611 custam R\$ 5,6 milhões por ano. Por exemplo, a Redenção custa R\$ 1,6 milhões/ano,
612 dentro disto a gente gasta R\$ 1,5 apenas com folha de pagamento. Então, a gente investe
613 na Redenção R\$ 100 mil. Esse investimento é basicamente combustível para as
614 roçadeiras e coisa que o valha. Quando a SMAM foi criada, em 1976, tinha 149 praças e
615 03 parques, hoje nós temos 649 praças e 09 parques. Nós temos, o que nos alivia muito
616 no orçamento, cerca de 70 áreas adotadas. A adoção foi criada pelo então Prefeito
617 Colares, em 1986, onde em troca de publicidade uma empresa ajuda a cuidar da área.
618 Essa ajuda é voluntária. Então, a gente não pode confundir adoção com concessão.
619 Adoção hoje mais significativa que nós temos é da UBER, que adota o trecho 01 da orla,
620 que tem aproximadamente o mesmo tamanho do Parcão, só que é comprido. Isso custa
621 para a UBER aproximadamente R\$ 1 milhão, a UBER não dá dinheiro para o município,
622 ela oferece serviços, ela contrata uma empresa de jardinagem e faz o recolhimento do lixo,
623 manutenção de banheiros, paisagismos e etc. Outra adoção muito importante que temos é



624 o Parcão, que ali representa um alívio aos cofres públicos de aproximadamente R\$ 500
625 mil, adotado por quatro empresas: Zaffari, Panvel, Melnick e Hospital Moinhos de Vento.
626 Então, essas empresas ajudam muito a cuidar do parque. Isso dá R\$ 1,5 milhões. Então,
627 os R\$ 500 mil restantes, que a gente tem um alívio nos cofres de aproximadamente R\$ 2
628 milhões, eles são diluídos em aproximadamente 68 praças, umas maiores, outras
629 menores. A adoção é voluntária, se amanhã a UBER não quiser mais adotar o município
630 tem que assumir e não tem como manter na qualidade atual, é impossível. Qual é a
631 proposta da concessão? É permitir que o concessionário tenha receita com a área. O
632 adotante não tem receita com a área, é proibido ao adotante auferir receita. Isso seria feito
633 através de um processo licitatório, cujo instrumento jurídico chama-se “concessão”. Isto é
634 feito através de um estudo técnico ambiental econômico de viabilidade, que vai definir
635 dentro de cada espaço, de cada praça, cada parque potencialidades econômicas, onde
636 sem fazer muito esforço a Redenção gera... Eu cito muito a Redenção porque é o principal
637 parque da cidade, a Redenção gera R\$ 440 mil de receita ou gerou no ano de e2017, que
638 é o ano fechado que fizemos a contabilidade. Isso nunca foi feito, a secretaria nunca
639 contabilizou custo de receita de parque e praça. A gente acredita que para fazer receita
640 tem que ter dados. Essa receita provem do aluguel do pedalinho, do aluguel do trenzinho.
641 Quando eu digo “aluguel” é a permissão, é o aluguel doe serviço, e o parque de diversões
642 ali. Isso gera R\$ 30 mil/mês. O restante, mais R\$ 80 mil é de eventos. Muitos eventos eram
643 liberados com isenção, a gente apertou um a forma de efetivação, onde se o evento não
644 for filantrópico a gente está cobrando. Essa cobrança gera recurso para o fundo, para
645 voltar a ser aplicado no parque. Então, em 2017 foram R\$ 80 mil, a gente estima que este
646 ano a Redenção gere mais de R\$ 100 mil. Isso é um terço do que precisa para manter a
647 Redenção. De qualquer forma, nós temos a possibilidade de receita, onde, por exemplo, e
648 essa é a grande polêmica que se gerou, por isso o meu esclarecimento para os senhores,
649 é que tem um dispositivo na lei onde a gente permite que em determinadas situações pode
650 haver cobrança, que é para resguardar que o dinheiro do parque de diversões, por
651 exemplo... Não estou dizendo que vai ser a Redenção, estou dando o exemplo, que aquele
652 dinheiro vá para o concessionário. Por exemplo, o Parque Harmonia, nós temos dois
653 grandes alugueis, que é a Casa do Gaúcho e a Churrascaria Galpão Crioulo, aquele
654 dinheiro, em havendo uma concessão, esse recurso que soma uns R\$ 60 mil por mês,
655 esse recurso vai para o concessionário para que ele aplique na manutenção do parque. A
656 mesma coisa em relação a eventos. Então, o concessionário pode cobrar pelos eventos.
657 Em hipótese alguma, até porque isso é inconstitucional, haverá cobrança para uso do
658 espaço público, a constituição assegura isso, que o bem do uso comum do povo não pode
659 ter restrição de acesso, isso é impossível, isso não haverá. Então, quando se fala em
660 privatização é uma má interpretação e a gente nega isso veementemente. Em relação às
661 praças, fizemos um levantamento, cruzando dados do IDS – Índice de Desenvolvimento
662 Social, pegamos índices baixos e elencamos em torno de 50 praças na cidade, onde são
663 periféricas, praças que nós entendemos que seriam praças difíceis de concedê-las, porque
664 o concessionário para manter esses espaços a gente vai ter que ter receita. Então, nós
665 fizemos o que se chama de subsídio cruzado, fizemos o estudo onde identificamos 100
666 praças com potencial de concessão e 50 praças com potencial de subsídio cruzado. Por
667 exemplo, um concessionário que tenha um contrato para fazer a manutenção da Praça da
668 Encol, que tem movimento permanente, quem quiser fazer um evento pode gerar
669 interessados, vai ter que cuidar de uma praça lá na periferia. Por exemplo, lá na Tronco
670 que a gente quer fazer aquela revitalização, quem tem um contrato para cuidar da Encol
671 vai ter que fazer aquela revitalização. É uma forma que temos de trazer mais qualidade, no
672 mínimo mais de um terço das praças. Então, eu uso este espaço para dizer, reforçar que



673 em hipótese alguma a gente aceita o rótulo de privatizar espaços públicos de lazer. Por
674 exemplo, o Anfiteatro Pôr do Sol foi um acordo no município com a RBS, que construiu e
675 usou, tinha aquelas festas de Farroupilha. O Anfiteatro custa mais de R\$ 200 mil para a
676 gente revitalizar, ele está desativado, não tem condições de receber pessoas ali para
677 show. Então, a gente aluga colocando um palco na frente. Muitos produtores nos procuram
678 porque querem fazer ali eventos onde tenha, parcialmente, uma espécie de pista vip ali,
679 onde teria um espaço próximo ao palco para cobrar ingresso, mas hoje a legislação não
680 nos deixa tranquilos nesse sentido. Então, a gente não autoriza. A ideia da concessão é
681 isso. Um exemplo positivo é o Araújo Viana, após a concessão tem shows ali no mínimo
682 toda semana, shows de qualidade, com conforto. Eu sei porque moro ali na frente,
683 acompanho movimento. Então, isso é muito positivo. Então, queria fazer esse
684 esclarecimento. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**
685 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Este assunto é importante para a cidade, é
686 importante que se debata. Eu gostaria de ter elementos inscritos. Eu tenho a minha
687 opinião, mas é um assunto que merece a gente levar para a entidade para discutir. Não sei
688 se tem algum material que pudesse... Porque tem tanta informação. Se tiver algum projeto,
689 algo mais, porque eu não tenho condições de chegar na minha entidade e reproduzir toda
690 a sua fala. Poderia disponibilizar? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**
691 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou providenciar.
692 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
693 **Grande do Sul – SAERGS:** Eu acho que tem um lado positivo e tem o lado negativo. Eu
694 vou fazer o papel de advogado do diabo, porque eu vejo que essas situações sempre
695 terminam elitizando essas áreas. Eu entendo que o poder público não tem condições. Vou
696 pegar o Araújo Viana como exemplo, era um problema, porque chovia, não tinha
697 cobertura, mas hoje quem vai ao Araújo Viana, tem de tudo que é valor, mas quem ia
698 antes não vai mais. Não estou dizendo que não é válida a ideia, estou trazendo uma
699 preocupação. A segunda preocupação que vejo, sem quere comparar, mas vou comparar,
700 é a questão dos postes toponímicos, eu lembro lá no Governo Colares, acho que foi a
701 primeira vez que se fez uma concessão de botar o nomezinho na rua, nos postes, em troca
702 de publicidade. E a ideia era exatamente esta, fazer um cruzamento. Uma empresa põe na
703 Goethe, vai colocar equivalente lá na... Nem é vila, vou dizer na Glória, onde eu moro, até
704 hoje não foi posto. Falta de fiscalização, mas são preocupações com esses cruzamentos.
705 Quando chega no bairro, na vila, não acontece, ou se acontece, acontece com a pior
706 qualidade, mas são preocupações. Eu acho que este assunto merece um debate.
707 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
708 **Sustentabilidade - SMAMS:** Hermes, a tua preocupação é a nossa, porque o subsídio
709 cruzado se não for fiscalizado não funciona. Por exemplo, no edital dos relógios foi feito
710 duas consultas públicas, que tiveram mais de 100 sugestões da comunidade, de
711 empresas, de interessados. É um processo que precisa passar por um amadurecimento
712 sem sombra de dúvida. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos**
713 **do Brasil – IAB/RS:** Sobre esta questão do projeto de elei dos espaços, claro que a
714 manchete gera isso, mas estou convicto de que quando criamos leis a gente cria pensando
715 na nossa impressão, mas o que outros podem fazer é se basear nela. Então, se não há
716 esta intenção é melhorar aquele §3º do art. 2º. Quer dizer, a cobrança de ingressos, é a
717 cobrança de ingresso por um serviço e não pelo acesso. Certo? Agora, se está cobrando
718 ingresso para o acesso, aí nem que não seja intenção deste governo, pode ser de um
719 próximo. Se a gente precisa fazer um debate mais maduro, eu até entendo que a
720 justificativa para regime de urgência possa ser a questão financeira, o que nos causa maior



721 estranheza é a questão do regime de urgência, para um debate que exige... É um pouco o
722 que eu ia colocar para a Cláudia, acho que o que mais atrapalha, mais atrasa em tudo que
723 é processo é a falta da informação, eu acho que em todos os segmentos. (Inaudível). Mas
724 é isso, eu acho que é melhorar esse artigo específico e retirar o regime de urgência para
725 que se possa ter um debate mais aprofundado, até na própria Câmara de Vereadores.
726 **José Romari Dutra da Fonseca (2º Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
727 **RGP. 1:** Eu quero retomar o assunto das praças, eu sou morador desta cidade, a pé, de
728 bicicleta, de ônibus, de carro, passo por inúmeras praças da cidade e tenho visto algo
729 comum, que são programas de empresas que supostamente tem adotado praças e não há
730 um resquício dessa adoção. São praças com bancos quebrados, gramas com 2 metros de
731 altura, mas a programa da empresa está lá. A prefeitura tem o cadastro dessas empresas
732 que adotam? Tem um controle das vezes que eles fazem a manutenção? Pelo que eu
733 tenho visto não fazem com a frequência que deveriam fazer, a não ser que não existe mais
734 nada contratado e se mantém a programa da empresa. Acho que isso exige um controle.
735 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
736 **Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Rafael, a questão do regime de urgência eu vou
737 me abster de me manifestar, porque isso é uma agenda política, na questão do assunto.
738 Em relação ao cadastro, José, nós temos 70 praças adotadas, canteiros centrais e rótulas
739 é com a Secretaria de Serviços Urbanos, assim como quando vai adotar um monumento.
740 A nossa secretaria é praça e parque, senão for é com outra secretaria. Nós temos esse
741 contrato, cada passo do contrato, pontualmente tem o que ele precisa fazer. O adotante
742 pode não se dispor a fazer, por exemplo, a manutenção de um (Inaudível). Estamos com
743 problema no lago do Parcão, está assoreado, tem muito lodo e pouca água, mas isso não
744 está no contrato dos adotantes. Em havendo qualquer local onde esteja mal cuidado com
745 propaganda me avisem, mesmo que não seja praça e parque me avisem, porque,
746 efetivamente, está errado e deve ser combatido. Agora, adoção é aquela coisa, se o
747 adotante não quiser mais não podemos obrigar. Nós temos um parque, ali no Humaitá, ali
748 era um lixão, o parque ali nós temos uma proposta de adoção, deve ser mais um parque
749 adotado. Alguém quer fazer alguma manifestação? Então, agradeço pela reunião.
750 Obrigado. **TERMINO ÀS 21H15MIN.**

751

752

753

754 **Maurício Fernandes**

755 *Presidente*

756

757

758

759

Secretária Executiva

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia 7/5/2019, ... retificações: